

Notas sobre políticas públicas de combate à fome da América Latina e do Caribe a partir de revisão integrativa

Francieli do Rocio de Campos

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Paraná

RESUMO

O objetivo do trabalho se concentra em explanar notas sobre as políticas públicas de combate à fome identificadas no período de 2010 a 2020 implementadas em países da América Latina e do Caribe. Tendo em vista, a revisão integrativa utilizada como metodologia de pesquisa para escrever a tese do doutorado, a qual exigia a inclusão de estudos com delineamentos experimentais e quase-experimentais, assim sendo o trabalho não conseguiu abarcar todos os países de ambas as regiões.

Palavras-chave: Políticas públicas, Combate à fome, Saúde pública.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo do trabalho se concentra em explanar notas sobre as políticas públicas de combate à fome identificadas no período de 2010 a 2020 implementadas em países da América Latina e do Caribe. Tendo em vista, a revisão integrativa utilizada como metodologia de pesquisa para escrever a tese do doutorado, a qual exigia a inclusão de estudos com delineamentos experimentais e quase-experimentais, assim sendo o trabalho não conseguiu abarcar todos os países de ambas as regiões.

A abordagem sobre as políticas de combate à fome pode ajudar a entender as prioridades de intervenção, moldar novas estruturas políticas e arranjos institucionais. Por isso, o trabalho contextualiza questões relacionadas aos custos dos alimentos, desigualdade social e econômica, acesso a bens e serviços públicos, bem-estar social, cultura, sustentabilidade/meio ambiente e saúde pública, tais temas se tornaram essenciais para a compreensão da construção de ações de combate à fome nos países da América Latina e Caribe.

A América Latina, liderada pelo Brasil, foi pioneira em ações de enfrentamento da fome, por este motivo, tornou-se a região que mais avançou nessa agenda desde o início do século XXI. Depois de uma década e meia dos anos 1990, o percentual da população ameaçada pela fome caiu para 5%, o que significa que 34 milhões de pessoas deixaram de passar fome, considerando que, no mesmo período, houve um crescimento populacional de 130 milhões de pessoas na região. Entretanto, deve-se notar que a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) não produziram resultados positivos previstos para o período. Em 2016, a fome aumentou pela primeira vez após uma década de declínio, atingindo 820 milhões de pessoas em 2018. Por trás dessa mudança de tendência, esteve a combinação de



conflitos, crises econômicas, alterações dos representantes governamentais e desastres climáticos (Graziano da Silva, 2019).

Uma vez que o problema da fome avançou no ano de 2020, isso significa que expirou um terço do prazo para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Na verdade, tornou-se cabível o crescente compromisso com a visão da Fome Zero em toda a região. A Organização das Nações Unidas (ONU) e seus parceiros de desenvolvimento não pouparam esforços para promover mecanismos, criar ferramentas de monitoramento, promover o diálogo político e a troca de experiências entre os Estados-membros e seus parceiros, criando, dessa forma, a Agenda 2030¹ (Graziano da Silva, 2019).

Esse artigo é composto por cinco seções sendo a introdução que consta o objetivo e apresentação do tema sobre a fome, na sequência a metodologia que configura e descreve o método da revisão integrativa desenvolvido com 89 artigos científicos. Na revisão bibliográfica contextualiza os acontecimentos históricos que influenciaram nas ações e instituições representativas pela fome, na sequência consta as principais notas encontradas como resultados da pesquisa, e por fim as considerações finais reitera os achados sobre as intervenções implementadas para combater a fome na América Latina e no Caribe.

2 OBJETIVO

O objetivo do trabalho é explanar notas sobre as políticas públicas de combate à fome identificadas no período de 2010 a 2020 implementadas em países da América Latina e do Caribe.

3 METODOLOGIA

Para atender o objetivo proposto para o trabalho se constituiu um estudo longitudinal, o qual procedeu um criterioso levantamento bibliográfico na literatura científica, a partir da compilação de artigos científicos nacionais e internacionais publicados na base de dados *on line* sobre as ações das políticas de combate à fome entre o período de 2010 a 2020.

A proposta deste trabalho de caráter qualitativo tem como especificidade a utilização de uma revisão sistemática (*systematic review*), a qual pode ser considerada uma das ferramentas da metodologia baseada em evidências (conhecida na literatura inglesa como *Evidence-based Methodology*), cuja origem das notas vem de uma revisão integrativa, esse método é utilizado para levantar conhecimento a respeito de um determinado tema a partir de fontes reconhecidas como científicas.

¹ Desenvolvida a partir da herança dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a Agenda 2030 representa um compromisso firmado por líderes mundiais na abordagem de problemáticas em prol de um desenvolvimento sustentável. Muitas destas problemáticas, incluindo a fome, são consideradas fatores limitantes ao desenvolvimento em países de baixa renda (Djonú *et al.*, 2018).



Por meio de um levantamento bibliográfico foi realizada a revisão integrativa em 2022 e 2023, que incluiu artigos publicados em revistas científicas, no intuito de responder a seguinte questão norteadora: “Quais os resultados que as intervenções demonstraram sobre o combate à fome”? tendo como base o que as publicações científicas informaram a respeito da atuação das políticas públicas implementadas na América Latina e no Caribe. Os trabalhos acadêmicos foram encontrados em Bases nacionais: 1) Portal de Periódicos da Capes; 2) Scielo; 3) Biblioteca Virtual sobre Violência e Saúde (BVS/VS) da Biblioteca Regional de Medicina (BIREME); as Bases internacionais: 1) Redalyc - *Sistema de Informacion Cientifica Redalyc*; 2) ResearchGate; 3) *Scientific Electronic Library Online* e Portais de busca: *Google Scholar*. Para esta pesquisa foram utilizados os seguintes descritores: Desfecho analisados AND Política Pública; ou Desfecho analisado AND Política Pública AND Soberania Alimentar; Buscas adicionais: Fome; Nome dos Países em que o portal não abrange foram ajustados individualmente para cada banco de dados.

A análise e apresentação dos dados de 89 trabalhos foram construídas com base nas semelhanças entre os artigos científicos, os dados agrupados para a obtenção das conclusões finais. A análise do material empírico selecionado foi feita de forma descritiva e realizada com referência a categorização dos estudos de acordo com o tipo do estudo e objetivos, local de realização da pesquisa, ano de publicação, as revistas nas quais foram veiculados, metodologias utilizadas e principais resultados encontrados.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA SOBRE O CONCEITO E INTRODUÇÃO DAS POLÍTICAS DE COMBATE A FOME

As versões teóricas sobre a fome surgiram na literatura no final da década de 1970, quando os autores identificaram uma das principais condições para o aparecimento da desnutrição infantil, alocando-a a condição da renda e na forma como a família estava envolvida no processo produtivo. Nesse mesmo período, a segurança alimentar ainda era desconsiderada como um fator da questão produtiva, até que as reservas globais de alimentos se tornaram insuficientes, por conta das quebras de safra induzidas pela seca. A partir da identificação dos fatores essenciais para confirmar a existência da segurança alimentar possibilitou o surgimento de uma nova e mais heterogênea fome. Sendo assim, o autor Amartya Sen advertiu que a fome e a desnutrição estavam relacionados ao acesso das pessoas e não apenas à escassez aos alimentos (WFP, 2009; Burity *et al.*, 2010).

Em resposta ao agravamento do surto de fome, a Organização das Nações Unidas (FAO) promoveu a primeira Conferência Mundial sobre Segurança Alimentar em 1974, que passou a apoiar a indústria química no contexto de escassez de alimentos, defendendo a Revolução Verde iniciada desde o final da Segunda Guerra Mundial. Como resultado do encontro foram desenvolvidas diversas medidas de combate à fome, como a ampliação do uso de matérias-primas modernas, pesquisas agrônômicas, ações de extensão



e capacitação de agricultores, programas voltados à melhoria da nutrição, pesquisas sobre o uso possível da terra e água, armazenamento, ampliação do papel da mulher produtora, redução do custo da guerra, prestação de ajuda aos países africanos, melhoria das condições do comércio internacional de alimentos e estabelecimento de um sistema mundial de informação e alerta sobre alimentos e agricultura. Dessa forma, a compreensão da segurança alimentar não pode ser mantida apenas pelo prisma da produção, que deixou de ser considerada a única área em que se incluía o problema da disponibilidade de alimentos, pois acreditava-se que havia resolvido o problema da escassez de alimentos, contudo se manteve o flagelo da fome (Ortega, 2008; Maluf, 2009; Burity *et al.*, 2010).

A quantidade de alimentos disponíveis para a população não se tornou uma condição sustentável para justificar a permanência da fome. O autor Sen observou que a disponibilidade de alimentos não atenuou significativamente o problema, se é que diminuiu durante os períodos de fome que atingiram Bengala em 1943, Etiópia no ano de 1973 e Bangladesh no período de 1974. Nesses países, o autor observou que as várias implicações estavam atrelados aos salários em colapso, aumento dos preços dos alimentos, desemprego e queda dos preços da carne que intensificaram a situação da fome, sendo todas questões conectadas a área de acesso a alimentos ou de mercados também nos países da América Latina e do Caribe (WFP, 2009).

No início da década de 1980, segundo Chonchol (2005) emergiram algumas novas questões com maior atenção por parte do Estado, no ponto que diz respeito à ligação entre a produção agrícola alimentar, o desenvolvimento rural e da agricultura. Um momento em que a fome não era única consequência do resultado da produção insuficiente de alimentos, mas se deteve na marginalização econômica de certos grupos populacionais, ao mesmo tempo, que o mundo produzia muito mais alimentos do que o necessário para alimentar uma população inteira.

Mais tarde entre as décadas de 1980 e 1990, o Estado usava a justificativa econômica para a permanência da fome, que esteve ligada de modo direto a falha de mercado e da pobreza ao reduzir a capacidade de obter alimentos. Assim em 1989, na décima segunda Conferência Mundial da FAO, a organização ampliou a abrangência da segurança alimentar ao incluir termos no conceito ligados a produção suficiente, estabilidade de capacidade e acesso para todos que precisavam de alimentos. Desde meados da década de 1990 se tentou demonstrar que a explicação para a fome no terceiro milênio era sempre por razões políticas (falta de vontade ou falta de ação política relevante), entretanto teve a ver com a atendimento dos direitos humanos do povo e papel protetor do Estado (Sen, 1981; Burity *et al.*, 2010).

Para alcançar os objetivos propostos se buscou um compromisso efetivo não apenas dos governos, mas também de todos os atores sociais (públicos, privados, instituições financeiras e organizações internacionais), que resultou na formação da aliança internacional contra a fome para acender vontade e medidas práticas através das coalizões políticas. A aliança internacional sobreviveu do progresso das



alianças nacionais, que serviu ao mesmo propósito, mas no nível individual de cada nação, com isso se chamou a atenção para a necessidade de esforços conjuntos e coordenados para aumentar os resultados em todos os níveis governamentais. A partir desse debate, a redução drástica do número de famintos teve estado na agenda política de todos os governos (Vivero; Porras, 2008).

Ao analisar as linhas que perpassam a fome, Freitas (2003) viu a importância de compreender tal problema sob uma nova perspectiva, que possa repensar todo o fenômeno, refletir sobre a complexa interação do campo antropológico com aspectos sociais, econômicos, clínicos e epidemiológicos. A erradicação da fome que foi criada ao longo de séculos abarcou um problema de modo multidisciplinar, cujo processo sentiu a necessidade de combinar implementação de políticas públicas como um direito humano, com ações para transformar a cultura da fome e melhorar as sociedades desiguais.

A permanência de sujeitos que não conseguem cumprir as três refeições diárias, não pode ser considerada apenas um desafio técnico do que, onde, quando e como fazer, mas se constituiu como um dilema para a sociedade. A fome não deve ser analisada apenas como um problema social, humanitário ou tecnológico, seja do ponto de vista agrônomo quanto médico, ou de qualquer outra área científica, não se tornou apenas um problema político ou culpa do sistema econômico, ou ainda do sistema de produção, distribuição e aquisição de alimentos. Tal invisibilidade da problemática pode ser considerado um tema perigoso, por esse reconhecimento foi que a fome também se tornou uma prioridade política e social (CEHAP, 2006; Castro, 2013).

A partir do ponto de vista histórico reconhecido por Pinheiro (2009), percebe-se que diferentes estratégias políticas relacionadas ao combate à fome foram tradicionalmente direcionadas a grupos de baixa renda. Os programas, projetos e ações implementados não foram integrados a uma agenda política efetiva, pois não foram abordados os aspectos decisivos da fome e da exclusão social. Segundo Vivero; Porras, (2008) o problema da fome na América Latina e no Caribe esteve ligada a alimentação insuficiente da população, contudo a fome afetou não apenas aqueles que conviveram em extrema pobreza, mas classes e grupos mais amplos que viveram em certas áreas não consideradas pobres.

A fome representou um fenômeno complexo na agenda de alimentação e nutrição na América Latina e no Caribe, a qual pode ser considerada uma violação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) devido à instabilidade na oferta de alimentos, diante das contradições do sistema alimentar decorrentes dos métodos de produção. Assim, a fome passou ser entendida como consequência do desenvolvimento e do subdesenvolvimento nacional, sendo este último produto do primeiro. A qual revelou um subdesenvolvimento traduzido como um processo igualmente complexo e socialmente determinado, que este autor vislumbra como uma espécie de poluição humana em alguns setores minados pelos grandes países industrializados do mundo (Castro, 2003).



Segundo Vivero; Almeida Filho (2010), o combate a fome na agenda política da América Latina e do Caribe foi resultado de diferentes forças, coordenadas ou não, que trabalharam na mesma direção contando com a organização social. Para isso acontecer houve cientistas, agências internacionais e organizações políticas que contribuíram para manter a fome no centro da política social e até reforçaram uma abordagem alternativa na soberania alimentar e a coesão social. A característica comum dessas políticas são as intervenções que visam combater a fome e a desnutrição por meio de mecanismos que permitam aos grupos vulneráveis o acesso a alimentos mais baratos, mas também estimulando a oferta de produtos alimentícios acessíveis e de alta qualidade (Griza *et al.*, 2021).

A política pública começou a ser implementada nesses países por meio das práticas da condição agrícola; sistemas de energia; controle de preços e distribuição de alimentos com as políticas sociais através da introdução de novos produtos alimentares que evoluíram nas abordagens educacionais tradicionais. As campanhas de importação de alimentos se tornaram vinculadas as práticas educacionais, pois, nesse período, acreditava-se que a fome e a desnutrição eram decorrentes da falta de acesso à educação (Almeida Filho, Tavares e Azevedo, 2019). Esse quadro político surgiu em diferentes graus e configurações na grande maioria dos países latino-americanos e caribenhos, desde a década de 1990 com a institucionalização de medidas e ferramentas neoliberais, em acordos ou tratados comerciais, outros instrumentos normativos, medidas e diretrizes gerais (Grisa *et al.*, 2021).

Tal movimento se distanciou do foco pelo fim da fome e da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada, ao incluir o foco em questões sobre o acesso à alimentos em quantidade e qualidade, elementos de cidadania e proteção ambiental relacionados à alimentação. Em meados dos anos 2000, o conceito de SAN ganhou uma nova dimensão e foi integrado às políticas públicas de vários países, a fome e insegurança alimentar embora conceitos relacionados, não se configuravam como o mesmo evento nos países latino-americanos e do Caribe (Chonchol, 1987; Almeida Filho; Ramos, 2010; FAO, 2011).

No cenário internacional, a América Latina tem se mostrado a Região que mais avançou nos ordenamentos jurídicos e na construção do DHAA. Em 12 dos 17 países latino-americanos que participaram da Frente Parlamentar contra a Fome na América Latina e Caribe (FPH-ALC), realizada em 2015 em Lima, no Peru, já contavam com leis de segurança e soberania alimentar. Segundo dados da *Política Nacional de Seguridad Alimentaria y Nutricional* (PSAN), pertencente à Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), dos dez países sul-americanos analisados, cinco já possuíam leis específicas para segurança alimentar, sendo a Argentina em 2003, o primeiro país a adotar uma política nesse sentido; em 2006 o Brasil; Venezuela, em 2008; Equador, em 2009; e Bolívia, em 2013. Os países que assumiram o direito à alimentação de forma constitucional, direta e aplicável a toda a população foram Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guatemala, Guiana, Haiti, Nicarágua, Panamá e Suriname. Os países que aceitaram o direito à alimentação de um determinado grupo específico foram Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica,



Cuba, Equador, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai. Os países que atenderam com políticas públicas tanto a população em geral, quanto a grupos específicos acreditam que alguns grupos vulneráveis precisam de suas próprias políticas de proteção, além daquelas oferecidas à população em geral.

Embora essa dinâmica política tenha sido promovida em vários países da região latino-americana e do Caribe, a fome e a desnutrição ressurgiram em altas taxas de prevalência, devido à crise econômica e política que promoveu fortes aumentos de preços de alimentos básicos em países importadores ou exportadores. Os países mais ricos do continente se encontraram numa posição muito difícil, ao que a FAO considerou ser de insegurança alimentar e nutricional, onde houve um ressurgimento da desnutrição. No caso do Brasil, a fome afetou mais de 5,2 milhões de pessoas em 2017 e no final de 2020, com impacto da epidemia se intensificou em 19 milhões pessoas (9% da população em (insegurança alimentar grave) e outros 43,4 milhões (20,5%) não tinham nada para comer (insegurança alimentar moderada ou grave) (Sabourin; Grisa, 2018; Grisa; Niederle, 2019; FAO, 2021; REDE PENSSAN, 2021).

Um conjunto de políticas para a erradicação da fome fez parte da chamada abordagem bilateral ou paralela dos países da América Latina e do Caribe. Quando possibilitou condições dos famintos manterem sua capacidade de acesso aos alimentos de modo suficiente para comer, junto com a necessidade de atender todos aqueles indivíduos, que não tem condições de suprir as necessidades básicas com alimentos adequados, nutritivos e convivem com a fome. A contradição está nos famintos resolverem temporariamente os seus problemas, quando se fornece apenas comida ou subsídios através de transferências monetárias, cuja dinâmica torna-os dependentes do Estado e/ou doadores, dessa forma, a fome não pode ser resolvida a longo prazo. Sendo assim, faltou as condições adequadas para a população em estado de vulnerabilidade desenvolver suas habilidades e ter acesso aos alimentos de que necessitam por meio de seus próprios esforços e recursos (Millán Smitmans, 2014).

Outra explicação para a falta de ações definitivas para erradicar a fome, pode ser relativo ao desconhecimento de autoridades e políticos sobre seus custos econômicos e sociais. Na Cúpula Mundial sobre Segurança Alimentar realizada em Roma em 16 de novembro de 2009, o Papa Bento XVI enfatizou sobre a fome estrutural, como parte integrante da realidade social e política de cada país. Este argumento pode ter feito sentido há anos, mas surgiram inúmeros estudos que estão em andamento sobre o impacto da desnutrição e da fome em mulheres grávidas, crianças, trabalhadores, sociedade, crescimento econômico, paz social entre outros elementos (Millán Smitmans, 2014).

Nesses casos, a FAO enfatiza a importância investimento na agricultura e no desenvolvimento rural dos continentes, pois estudos mostram que os pobres do mundo vivem em áreas rurais. Para esta instituição, o caminho deveria priorizar a necessidade de estimular o desenvolvimento rural, melhorar a produtividade, o acesso ao mercado para agricultores familiares e pequenos proprietários. As ações contra a fome podem



ser classificadas sob a abordagem dupla adotada pelas agências das Nações Unidas envolvidas em promover juntas a alimentação e a agricultura. Esta abordagem sugere que a política pública para erradicar a fome deve ser baseada em um caminho da ajuda alimentar e do desenvolvimento (Millán Smitmans, 2014).

Para garantir que essas linhas de ação sejam tomadas numa perspectiva dos direitos alimentares, nos últimos anos foi pensado em programas emergenciais e políticas sociais conhecidos como intervenções de ajuda alimentar e/ou redes de segurança social. Além disso, outras intervenções podem ser considerados da via estrutural, como um subconjunto de programas de desenvolvimento produtivo ou no nível macroeconômico, como políticas que facilitam o desenvolvimento rural e conexão entre áreas rurais e urbanas (CEPAL, 2004).

Nas últimas duas décadas, a América Latina e o Caribe tornaram-se uma conexão global no campo da formulação e implementação de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional (SAN), isto é, com o fato de que a Região foi reconhecida pelo cumprimento da meta estabelecida no ODM's em 2000, em diminuir em 50% o índice da fome até o ano de 2015 (FAO, 2015). Esta área foi pioneira no desenvolvimento do Plano Comunitário dos Estados Latino-Americanos e do Caribe (CELAC) de Segurança Alimentar e Nutricional e erradicação da fome até 2025, com o apoio da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), da Comissão para América Latina e o Caribe (CEPAL) e a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) (Vasconcelos, 2021).

4 NOTAS SOBRE AS POLÍTICAS DE COMBATE A FOME NUMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Os países como Brasil, Bolívia, Argentina, Uruguai e Equador aprovaram políticas públicas para proteger a soberania, a segurança alimentar e interferir no combate à fome. Para entender essa situação, o direito à alimentação costuma ser promovido por organizações internacionais, sendo assim foi preciso analisar as contradições e desigualdades, que surgiram em cada país em relação à política de Estado (Diaz; Benavidez, 2021).

Cada país ao buscar implementar programas para combater a desnutrição infantil e aliviar a pobreza, em alguns casos, até forneceram grandes subsídios alimentares, mas a redução da pobreza foi dissolvida na política social. Em muitos casos, a responsabilidade foi compartilhada entre vários ministérios e agências, assim muitos dos programas públicos relacionados com a fome e a segurança alimentar vão e vêm periodicamente dependendo das mudanças e necessidades políticas (Millán Smitmans, 2014).

Na maioria dos países existem intervenções com ações voltadas para a erradicação da fome. Como resultados de pesquisas foi encontrado o caso da Guatemala, que o autor mostra a persistência da fome em 40% dos domicílios pesquisados após implantação do Programa de *Comunidades Rurales del Milenio*. As conclusões sobre os efeitos dos programas de transferência condicional existentes em outros países da região, demonstraram um efeito positivo sobre o nível de consumo total de alimentos das famílias. Essas



estimativas sugerem que as famílias passaram gastar mais recursos para comer alimentos melhores e mais nutritivos (Macours; Vakis, 2008; Angelucci; Attanasio, 2009; Millán Smitmans, 2014; Arnés *et al.*, 2019).

Outro dado deste estudo que merece destaque foi a redução da incidência de insegurança alimentar grave (indicador de fome em adultos e crianças) sobre a insegurança alimentar leve ou moderada, possivelmente em decorrência da distribuição direta de renda, como o Programa Bolsa Família do Brasil e programa desenvolvido na Argentina, ambos países têm uma longa história de desenvolvimento de intervenções no âmbito alimentar para atender às diversas necessidades nutricionais da população. Durante a crise de 2001, a América Latina e o Caribe eram uma região caracterizada pela superabundância de alimentos, no entanto, desde 2015 a questão da alimentação ganhou ainda mais importância na agenda das políticas públicas, quando as necessidades sociais se tornaram crescentes diante das enormes dificuldades em atender às necessidades alimentares da população (Suzart *et al.*, 2017).

No caso apresentado por Salvia; Tuñón; Poy (2015) junto com o trabalho de Walsh; Canta; Tuñón (2020) ficou evidente a melhoria da segurança alimentar como um efeito colateral da AUH, por isso se constatou que este programa reduziu a insegurança alimentar, porque se tornou um mecanismo importante nas remessas que aumentaram a renda e elevaram o padrão do consumo familiar. Attanasio; Battistin; Mesnard (2012) constataram que o *Familias em Acción* aumentaram tanto a renda familiar, quanto a participação dos gastos com alimentação em decorrência do repasse desse recurso. Angelucci; Attanasio; Di Maro (2012) descobriram que Programa Oportunidades implementado no México também aumentou a ingestão de alimentos ao público beneficiado.

Os programas destinados a alimentação escolar variaram em ações por incluir o controle da fome como objetivo a curto prazo (Allen; Gillespie, 2001). Com a implementação do Programa Colación BKN do Chile, o fornecimento de frutas e verduras durante três vezes por semana aumentou o consumo de alimentos e se tornou uma contribuição para o combate à fome no país (González *et al.*, 2014). O Programa de Aquisição de Alimentos foi eficaz nos municípios com maior probabilidade de implementá-lo em populações com condições de vulnerabilidade (Figueiredo Salgado *et al.*, 2017). O Relatório de Avaliação da Pobreza do Banco Mundial de 2006 mostrou que os programas de abastecimento de alimentos e desenvolvimento rural de Honduras foram direcionados de modo adequado para altos níveis de pobreza e considerados pró-pobres (por exemplo, os alunos pobres receberam mais benefícios do programa do que alunos que não viviam na pobreza) (Boland; Brautigam, 2010).

Os programas e atividades específicos considerados em cada roteiro evoluíram ao longo do tempo e do conhecimento, os quais devem ser adaptados às realidades de cada país e às circunstâncias específicas (Millán Smitmans, 2014). Os restaurantes subsidiados pelo governo no Sul do Brasil se tornaram componentes importantes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e desempenham um papel fundamental na garantia da segurança alimentar e nutricional, bem como no direito à alimentação de



populações vulneráveis (Oliveira *et al.*, 2020). O potencial de populações vulneráveis à fome em Estados com cozinhas públicas (CCs) não foi contestado, mas os Estados com os mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano implementaram as cozinhas em suas comunidades até o momento do estudo (Bandoni *et al.*, 2010). A iniciativa ligada ao desenvolvimento sustentável se tornou uma ferramenta importante, para garantir que segmentos da população tivessem acesso a uma alimentação adequada e acessível no Brasil (Branquinho *et al.*, 2015).

A nutrição adequada se torna essencial para atender o direito à alimentação das populações, que continua sendo uma questão, a qual precisa ser abordada por meio de políticas públicas locais na perspectiva dos direitos humanos (Herrán; Patiño, 2015). A chegada de pessoas deslocadas (migração) afetou de modo adverso a situação alimentar da comunidade de destino, em consequência aumentou a vulnerabilidade da comunidade alvo. O país com acolhimento de migrantes pareceu ter uma maior dependência da ajuda alimentar e uma maior taxa de despesas com alimentos (Bohada, 2010). Os resultados de estudos sobre a *Red Solidaria* sugerem que a migração está associada à melhoria do estado nutricional infantil durante períodos de alta dos preços dos alimentos (Brau, 2011).

A qualidade de vida dos beneficiários do Programa de Subsídio Alimentar para Pobres na Colônia Indígena de La Promesa, no departamento de Presidente Hayes conseguiu melhorar o acesso às refeições diárias de idosos no Paraguai (Galeano Bate, 2019). A exemplo disso, Arciniegas e Peña (2017), chamam atenção para a situação nutricional na Colômbia caracterizada por um aumento significativo da subalimentação, devido ao excesso de oferta de alimentos e uma diminuição significativa da desnutrição devido deficiência nutricionais, o que se reflete nas medidas antropométricas dos participantes do MANA incluídos no estudo de Hackett *et al.* (2010), que mostraram diferenças no consumo de suplementos alimentares dependendo do nível de segurança alimentar das famílias.

Nas intervenções encontradas no Equador teve um impacto significativo no consumo de alimentos, as evidências apontaram que os programas de *vouchers* tiveram um efeito positivo na diversidade alimentar (Ponce; Ramos-Martin, 2017). As políticas agrícolas na Nicarágua desempenharam um papel fundamental na economia e no abastecimento de alimentos. Embora a atenção à autossuficiência alimentar tenha começado na década de 1980, foi somente em meados dos anos 2000 que a soberania alimentar se tornou uma agenda política, levando as mudanças nas instituições na América Latina e Caribe (Freguin-Gresh; Cortes, 2021).

O interesse do governo pelas necessidades alimentares do povo mexicano remonta ao início do século XX, no contexto dos primeiros governos a reconstruir o país após a revolução. Os planos e programas alimentares mexicanos foram desenvolvidos em momentos específicos (crises naturais, sociais, econômicas e políticas) e afetaram a segurança alimentar e nutricional para atender a necessidades específicas (bem-estar, merenda escolar), que tende promover a produção de alimentos básicos, como leite e carne. A



princípio isso se deve à rápida urbanização e ao crescimento gradual da população nas principais cidades do país (Barquera; Rivera; Gasca, 2001).

Este se tornou um dos principais fatos que orientaram a política alimentar do México, quanto mais a população se concentrou nas cidades, mais necessidades e estratégias para atenderem às necessidades alimentares foi exigida do Estado. Quanto maior for o número de populações desfavorecidas se eleva a desnutrição nas áreas rurais e urbanas, que repercutiu em maior e mais ampla a necessidade de políticas e programas sociais. Por isso, o México enfrentou atrasos no fornecimento de alimentos saudáveis suficientes para as populações rurais marginalizadas (Faria e Sanches, 2022).

No caso do Peru, a política de segurança alimentar se concentrou no setor agrícola, enquanto os programas sociais de alimentação foram implementados pelos setores sociais como o Ministério de Desenvolvimento e Inclusão Social e o Ministério da Saúde. Esse tipo de sistema impediu que os problemas de segurança alimentar fossem totalmente resolvidos. Os formuladores de políticas focaram de modo deliberado e direto em ações que não abordaram a insegurança alimentar como um todo (Trivelli; Urrutia, 2021). Os resultados de estudos mostram que o PIN que compôs a estratégia de nutrição do governo peruano reduziu de modo efetivo a desnutrição (Beltrán; Seinfeld, 2011). Além disso, forneceu dados para facilitar a implementação de políticas que afetaram os resultados de aprendizagem ao reduzirem a pobreza e a desnutrição de crianças (Andersen *et al.*, 2015).

O Projeto Estratégico de Segurança Alimentar da FAO implementado no México se mantém ativo desde 2003, e tem contribuído para atividades produtivas e projetos destinados a melhorar a segurança alimentar doméstica em Regiões com alto índice de marginalizadas do país (Bolom Martinez *et al.*, 2015). Ao contrário dessa afirmação, existem estudos que mostraram a insegurança alimentar atingindo uma proporção significativa da população de Montevidéu, Uruguai (Rossi *et al.*, 2017). Isso mostrou a baixa efetividade na promoção da segurança alimentar e uso ineficiente de recursos públicos (Cruz-Sanchez *et al.*, 2016).

Sendo assim, Neron e Mateluna (2021) corroboram com as indicações de políticas públicas de alimentação, nutrição e saúde desenvolvidas ao longo de vários anos. As quais foram iniciadas no início do século XX, com enfoque nos problemas socioeconômicos e de saúde causados pela desnutrição e altas taxas de mortalidade infantil, passando pela distribuição de alimentos e controle da saúde nutricional de diferentes grupos de acordo com suas sensibilidades existentes, além de atenderem grupos com necessidades nutricionais especiais.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de explicar notas sobre as políticas públicas de combate à fome identificadas no período de 2010 a 2020 implementadas em países da América Latina e do Caribe, os trabalhos científicos demonstram que nos países da América Latina e Caribe existe diversas ações voltadas para combater a fome em cada país, que difere entre planos, lei, política que transcorreram num período de 2010 a 2020.

Dessa forma, as ações contra a fome têm se tornado uma tendência ascendente, não só pela sua grande escala, mas também por abranger a cooperação multissetorial envolvendo agricultura, alimentação, saneamento, água, educação e outros campos. Além de receber a contribuição de diferentes políticas oriunda de outros departamentos relevantes na área, como proteção social, planejamento, desenvolvimento, agricultura e política econômica.

Não é extensa a produção acadêmica que consta sobre análise de políticas públicas de combate à fome, e ainda é pouca significativa e sistemática em relação aos programas e políticas de um modo universal. No entanto, o tema da fome tem sido difundido por várias revistas científicas registradas nas bases de dados científicos, além de um conjunto de livros e de publicações de organizações e de governo. Com o fortalecimento do tema por meio dos programas sociais e das políticas implementadas, vêm junto a necessidade de divulgar informações através das comunicações científicas por parte de agentes das universidades, de organizações governamentais e não governamentais.

Uma característica marcante na história das economias latino-americanas e caribenhas, é a desigualdade na distribuição de renda, explicada pela dinâmica do processo produtivo entre capital e trabalho. Em algumas áreas subdesenvolvidas, a fome é comum tanto nos espaços rurais e urbanas, o que representa outra desigualdade na América Latina e no Caribe. As condições que afetam a escassez de alimentos prejudicam as mulheres, principalmente quando comparadas aos homens. As mulheres com rendas mais baixas, indivíduos e famílias, e povos indígenas enfrentam o nível mais elevado de exclusão direito à alimentação. Para essas populações e regiões geográficas, as políticas gerais relacionadas ao direito à alimentação tornaram-se inadequadas, às vezes até são necessárias soluções específicas adequadas às suas circunstâncias.



REFERÊNCIAS

ALLEN, L.; GUILLESPIE, S. What Works? A review of the efficacy and effectiveness of nutrition interventions. Manila: Asian Development Bank, ONU, 2001.

ALMEIDA FILHO, N.; GOMES JUNIOR, N. N. Segurança Alimentar e Nutricional como princípio ético social de orientação de políticas públicas nacionais. *In*: RAMOS, P. Segurança alimentar: produção agrícola e desenvolvimento territorial. Campinas: Alínea, 2010.

ALMEIDA FILHO, N.; TAVARES E AZEVEDO, L. L. Segurança alimentar e nutricional na América do Sul e BRICS: avanços e “nuvens” no horizonte. *Economia e Sociedade*, v. 28, n. 3 (67), p. 717-739, set.-dez., 2019.

ANDERSEN, C. T.; REYNOLDS, S. A.; BEHRMAN, J. R.; CROOKSTON, B. T.; DEARDEN, K. A.; ESCOBAL, J.; MANI, S.; SÁNCHEZ, A.; STEIN, A. D.; FERNALD, L. C. Participation in the Juntos conditional cash transfer program in Peru is associated with changes in child anthropometric status but not language development or school achievement. *Journal of Nutrition*, v.145, n.10, p. 2396-405, Oct. 2015.

ANGELUCCI, M.; ATTANASIO, O. Oportunidades: program effects on consumption, low participation, and methodological issues. *Economic Development and Cultural Change*, v. 57, n. 3, p. 479-506, 2009.

ANGELUCCI, M.; ATTANASIO, O.; DI MARO, V. The Impact of Oportunidades on Consumption, Savings and Transfers. *Fiscal Studies*, v. 33, n. 3, p. 305-334, set. 2012.

ARCINIEGAS, L.; PEÑA, J. La transición alimentaria y nutricional en el modelo alimentario de los hogares caleños. Cali, Colombia: Informe de estudio del CIAT y Universidad del Valle, 2017.

ARNÉS, E.; ASTIER, M.; GONZÁLEZ, O. M.; DÍAZ-AMBRONA, C. G. H. Participatory evaluation of food and nutritional security through sustainability indicators in a highland peasant system in Guatemala. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, v. 43, n. 5, p. 482-513, 2019.

ATTANASIO, O.; BATTISTIN, E.; MESNARD, A. Food and cash transfers: evidence from Colombia. *The Economic Journal*, n. 7326, p. 1-46, march, 2012.

BANDONI, D. H.; MARCHIONI, D. M. L.; BRASIL, B. G.; FIGUEIREDO, I. C.; SARTI, F. M. O programa de incentivo à instalação de cozinhas comunitárias: avaliação de uma política pública brasileira. *Nutrire - Revista da Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição*, v. 35, n. 1, p. 15-27, abr. 2010.

BARQUERA, S.; RIVERA-DOMMARCO, J.; CASCA-GARCIA, A. Políticas y programas de alimentación y nutrición en México. *Salud pública de México*, v. 43, n. 5, p. 464-477, 2001.

BELTRÁN, A.; SEINFELD, J. Identificando estrategias efectivas para combatir la desnutrición infantil em el Perú. *Apuntes: Revista De Ciencias Sociales*, v. 38, n. 69, p. 7-54, 2011.

BOHADA, M. P. Desplazamiento forzado y condiciones de vida de las comunidades de destino: el caso de Pasto, Nariño. *Revista de Economía Institucional*, v. 12, n. 23, p. 259-298, 2010.

BOLAND, M.; BRAUTIGAM, A. Economic analysis of options for food aid policy in Honduras. *International Food and Agribusiness Management Review*, v. 13, n. 2, p. 51-68, 2010.

BOLOM MARTÍNEZ, S.; FIGUEROLA, F. E.; BLANCO WELLS, G.; AMTMANN MOYANO, C. Evaluación del proyecto estratégico de seguridad alimentaria em la microrregión cafetalera zona altos de Chiapas. *Agroalimentaria*, v. 21, n. 41, p. 37-52, jul./dic., 2015.



BRANQUINHO, S. A.; OLIVEIRA, K. E. S.; AKUTSU, R. C.; SILVA, E. F. Socio demographic and health profile of clients of community restaurants of Brazilian social programs. *Revista Chilena de Nutrición*, v. 42, n. 1, p.14-22, 2015.

BURITY, V.; FRANCESCHINI, T.; VALENTE, F.; RECINE, E.; LEÃO, M.; CARVALHO, M. F. *Direito Humano à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional*. Brasília: ABRANDH, 2010.

CASTRO, L. M. A. Os determinantes da violência policial: uma análise dos homicídios causados por policiais no Brasil. 2013. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Administração) – Fundação Getúlio Vargas, Piracicaba, 2013.

CÁTEDRA DE ESTUDIOS SOBRE HAMBRE Y POBREZA - CEHAP. *Seguridad Alimentaria y Políticas de lucha contra el Hambre*. Córdoba, España: Cátedra de Estudios sobre Hambre y Pobreza de la Universidad de Córdoba y Diputación, 2006.

CHONCHOL, J. A soberania alimentar. *Estudos Avançados*, v. 19, n. 55, p. 17, Sept. /Dec. 2005.

CHONCHOL, J. *El desafío de la comida: el hambre en el mundo*. São Paulo: Marco Zero, 1987.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE - CEPAL. *Desarrollo productivo em economías abiertas*. Puerto Rico: CEPAL, 2004.

CRUZ-SÁNCHEZ, B.; MUÑOZ-RODRÍGUEZ, M.; SANTOYO-CORTÉS, V. H.; MARTÍNEZ-GONZÁLEZ, E. G.; AGUILAR-GALLEGOS, N. Potencial y restricciones de la avicultura de traspatio sobre la seguridad alimentaria en Guerrero, México. *Agricultura, Sociedad y Desarrollo*, v. 13, n. 2, p. 257-275, abr./jun., 2016.

De BRAUW, A. Migration and child development during the food price crisis in El Salvador. *Food Policy*, v. 36, p. 28-40, 2011.

DIAZ, D. C. R.; BENAVIDEZ, M. C. Seguridad y soberanía alimentaria en Paraguay: ¿para quienes son las políticas públicas? *In: LE COQ, J. F.; GRISA, C.; GUÉNEAU, S.; NIEDERLE, P. (orgs.). Políticas públicas y sistemas alimentarios en América Latina*. Rio de Janeiro: E-papers, 2021, p. 185-274.

FARIA, C. A. P. de; SANCHES, A. E. Mapeamento e caracterização do movimento das políticas públicas baseadas em evidências no Brasil. *In: KOGA, N. M.; PALOTTI, P. L. M.; MELLO, J.; PINHEIRO, M. M. S. (orgs.). Políticas públicas e usos de evidências no Brasil: conceitos, métodos, contextos e práticas*. Brasília: IPEA, 2022, p. 107-146.

FIGUEIREDO SALGADO, R. J. S.; SILVA, E. A.; FERREIRA, M. A. M.; CUNHA, W. A.; SANTOS, L. F. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 55, n. 4, p. 661-678, 2017.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO. *Panorama de la seguridad alimentaria y nutricional en América Latina y el Caribe 2010*. Santiago: FAO, 2011.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO. *The State of Food Insecurity in the World. Meeting the 2015 international hunger targets: taking stock of uneven progress*. Rome: FAO, 2015b.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO. *Versão resumida de Panorama da segurança alimentar e nutricional na América Latina e no Caribe 2020 – Segurança alimentar e nutricional para os territórios mais atrasados*. Santiago: FAO, 2021.



FREGUIN-GRESH, S.; CORTES, G. Socio história y cambio institucional en las políticas agropecuarias y alimentarias de Nicaragua. *In: LE COQ, J. F.; GRISA, C.; GUÉNEAU, S.; NIEDERLE, P. (orgs.). Políticas públicas y sistemas alimentarios en América Latina. Rio de Janeiro: E-papers, 2021. p. 143-166.*

FREITAS, M. C. S. *Agonia da fome. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; Salvador: EDUFBA, 2003.*

GALEANO BATE, S. L. Mejoramiento de la Calidad de vida de los beneficiários del Programa de Pensión Alimentaria para Adultos Mayores en situación de pobreza en la Colonia Indígena La Promesa en el Departamento de Presidente Hayes. *Población y Desarrollo, v. 25, n. 48, p. 20-27, 2019.*

GONZÁLEZ, G. C. G.; ZACARÍAS, H. I.; DOMPER, R. A.; FONSECA, M. L.; LERA, M. L.; VIO DEL, R. F. Evaluación de un programa de entrega de frutas con educación nutricional em escuelas públicas rurales de la Región Metropolitana, Chile. *Revista Chilena de Nutrición, v. 41, n. 3, p. 228-235, 2014.*

GRAZIANO DA SILVA, J. *Do Fome Zero ao Zero Hunger: Uma perspectiva global. Roma: FAO, 2019.*
GRISA, C.; NIEDERLE, P. Transferência, convergência e tradução de políticas públicas: a experiência da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul. *Dados, v. 62, p. 1-37, 2019.*

GRISA, C.; NIEDERLE, P.; GUÉNEAU, S.; LE COQ, J. F.; CRAVIOTTI, C.; BORRÁS, G.; RUIZ DIAZ, D. C.; ÁVILA-SÁNCHEZ, H.; FREGUIN-GRESH, S.; SCHEUER, J. M.; ALBARRACIN, J. Las políticas alimentarias y la politización de la alimentación: la experiencia latino-americana. *In: LE COQ, J. F.; GRISA, C.; GUÉNEAU, S.; NIEDERLE, P. (orgs.). Políticas públicas y sistemas alimentarios en América Latina. Rio de Janeiro: E-papers, 2021. p. 29-70.*

HACKETT, M.; MELGAR-QUIÑONEZ, H.; TAYLOR, C. A.; ALVAREZ URIBE, M. C. Factors associated with household food security of participants of the MANA food supplement program in Colombia. *Archivos Latino-americanos de Nutrición, v. 60, n. 1, p. 42-47, 2010.*

HERRÁN, O. F.; PATIÑO, G. A. Derecho a la alimentación en población en situación de desplazamiento forzado en Bucaramanga, Colombia. *Revista Universidad y Salud, v. 17, n. 2, p. 192-200, 2015.*

MACOURS, K.; SCHADY, N.; VAKIS, R. Cash transfers, behavioral changes, and cognitive development in early childhood: evidence from a randomized experiment. *Policy Research Working Paper 4759, The World Bank, 2008.*

MILLÁN SMITMANS, P. *Terminar com el hambre: seis políticas públicas claves. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Educa, 2014.*

NÉRON, M. L.; MATELUNA, P. V. Políticas públicas y sistema alimentario en Chile. *In: LE COQ, J. F.; GRISA, C.; GUÉNEAU, S.; NIEDERLE, P. (orgs.). Políticas públicas y sistemas alimentarios en América Latina. Rio de Janeiro: E-papers, 2021. p. 241-273.*

OLIVEIRA, J. T. C.; GABRIEL, C. G.; VASCONCELOS, F. A. G.; MACHADO, M. L.; SOAR, C.; FAGUNDES, A. Government-subsidized restaurants in Brazil: an evaluation within the framework of food and nutrition security. *Revista de Nutrição, v. 33, p. 1-12, 2020.*

ORTEGA, A. C. *Territórios Deprimidos. Os desafios das políticas de desenvolvimento rural. Campinas Uberlândia: Alínea-EDUFU, 2008.*

PINHEIRO, A. R. O. *Análise histórica do processo de formulação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2003-2006): atores, ideias, interesses e instituições na construção de consenso político. 2009. Tese (Doutorado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília: 2009.*



PONCE, J.; RAMOS-MARTIN, J. Impacto de duas intervenções políticas sobre a diversidade alimentar no Equador. *Nutricionista de Saúde Pública*, v. 20, n. 8, p. 1473-1480, jun. 2017.

REDE PENSSAN. Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021.

ROSSI, M.; FERRE, Z.; CURUTCHET, M. R.; GIMÉNEZ, A.; ARES, G. Influence of socio-demographic characteristics on different dimensions of household food insecurity in Montevideo, Uruguay. *GLO Discussion Paper*, n. 113, p. 1-21, 2017.

SABOURIN, E.; GRISA, C. A difusão de políticas brasileiras para a agricultura familiar na América Latina e Caribe. Porto Alegre: Escritos, 2018.

SALVIA, A.; TUÑÓN, I.; POY, S. Asignación Universal por Hijo para Protección Social: impacto sobre el bienestar económico y el desarrollo humano de la infancia *Población & Sociedad*, v. 22, 2, p. 101-134, 2015.

SEN, A. K. *Poverty and famines: an essay on entitlement and deprivation*. Reino Unido: Oxford University Press, 1981.

SUZART, A. S.; FERREIRA, A. P.; LEMOS, G. C. S. M.; CORREA, G. T. B.; BONFATTI, R. J.; OLIVEIRA, M. H. B. Repercussões do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional: um estudo de caso. *Revista Baiana de Saúde Pública*, v. 41, n. 3, p. 699-715, jul./set. 2017.

TRIVELLI, C.; URRUTIA, C. E. Evolución de los programas alimentarios y cambios em el patrón de consumo em el Perú del 2004 al 2018. *In: LE COQ, J. F.; GRISA, C.; GUÉNEAU, S.; NIEDERLE, P. (orgs.). Políticas públicas y sistemas alimentarios en América Latina*. Rio de Janeiro: E-papers, 2021, p. 299-326.

VIVERO, J. L.; ALMEIDA FILHO, N. A consolidação do combate à fome e do direito à alimentação nas agendas políticas da América Latina. *In: RAMOS, P.; FILHO, N. A. (orgs.). Segurança alimentar: produção agrícola e desenvolvimento territorial*. Campinas: Editora Alínea, 2010. p. 29-54.

VIVERO, J. L.; PORRAS, C. Erradicar el hambre como primer paso hacia la cohesión social en América Latina. *In: GRANDA, J. (org.). Pobreza, exclusión y desigualdad*. Ecuador, Quito: FLACSO, 2008. p. 99-119.

WALSH, M.; POY, S.; TUÑÓN, I. The impact of health conditionalities in conditional cash transfer programmes: the case of the AUH in Argentina. *Desarrollo y sociedad*, n. 85, p. 157-192, Aug. 2020.

WORLD FOOD PROGRAMME - WFP. *World Food Program Policy Report*. Rome: WFP, 2009.